

DA FALA DA VÍTIMA AO DISCURSO OPRESSOR

Belmira Magalhães*

RESUMO: Este artigo decorre de pesquisa que analisa discursos sobre o oprimido, procurando perceber os efeitos de sentido e os silenciamentos capazes de produzir e reproduzir o imaginário que contribui para a manutenção da opressão. Seu corpus é composto da fala de vítimas de violência doméstica. Parte-se de diálogo teórico entre Pêcheux, Bakhtin e Lukács, que concebem o discurso sempre socialmente constituído. Assim sendo, o sujeito do discurso é um sujeito determinado socialmente (pela classe e pela ideologia), que possui um lugar social e lugares discursivos, dotado de consciente e inconsciente. A análise do discurso das vítimas constata o poder da ideologia, que acopla a racionalidade necessária a uma sociedade baseada no mercado à lógica tradicional patriarcal, tornando possíveis situações como a que desvelamos em nossa pesquisa. A fala das mulheres que sofrem maus-tratos de seus parceiros nos apresenta um ser incapaz de se perceber como sujeito de suas ações e que, por isso, sucumbe diante de agressões, colocando-se no mesmo nível simbólico dos que são despossuídos, inclusive, da individualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; gênero; violência doméstica; ideologia.

Introdução

Este é mais um estudo do Núcleo de Pesquisa sobre a Condição Feminina do Departamento de Ciências Sociais da

* Professora do Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

UFAL, fazendo parte do projeto *O discurso sobre o oprimido e a representação da opressão*, integrado à linha de pesquisa em Análise do Discurso, do Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística, da UFAL, que analisa discursos sobre o oprimido, procurando perceber os efeitos de sentido e os silenciamentos capazes de produzir e reproduzir o imaginário que contribui para a manutenção da opressão. A percepção e a análise dos mecanismos lingüísticos que podem velar ou desvelar essa relação ideológica constituem a preocupação central da pesquisa. Seu *corpus* é composto de discursos de mulheres vítimas de violência doméstica.

A compreensão da violência cotidiana que ainda sofrem as mulheres nesse final de século, maltratadas por quem diz amá-las, é o objetivo deste trabalho. A gênese dessa problemática deve ser buscada na forma da estrutura social que predominou na história brasileira, e que teve na organização familiar um de seus alicerces. A fala das mulheres que sofrem maus-tratos de seus parceiros nos apresenta um ser incapaz de se perceber como sujeito de suas ações e que, por isso, sucumbe diante de agressões, colocando-se no mesmo nível simbólico dos que são despossuídos, inclusive, da individualidade. A principal fonte de reprodução dessa ideologia, a nosso ver, está na construção do discurso familiar-religioso que se sustenta na capacidade de parir e aleitar do sexo feminino e constrói, a partir dessas características biológicas, uma dualidade de posições simbolizadas na figura da mãe e da prostituta, da santa e da pecadora.

Posto resumidamente o modelo teórico-metodológico que fundamenta a análise, partimos para o alvo da pesquisa, que pode ser sintetizado da seguinte forma: há mulheres que sofrem violência (física, psicológica etc.) por parte de seus companheiros e continuam com eles. Negando, em princípio, o discurso de que *as mulheres gostam de apanhar*¹, resolvemos interrogar as mulheres que sofrem violência doméstica sobre sua situação.

¹ Em uma entrevista polêmica, como de sorte sempre o fez, Nelson Rodrigues, dramaturgo brasileiro consagrado, afirma o discurso acima como forma de justificar suas personagens.

2- Pressupostos teórico-metodológicos

O pressuposto teórico-metodológico adotado vem enfatizar que, mesmo a materialidade discursiva apresentando-se como um lugar de neutralidade ideológica, e seus efeitos de sentido sendo percebidos como composições conciliatórias dos sujeitos do discurso, há sempre uma vinculação a uma formação ideológica da sociedade.

Quanto maior for o conhecimento das cadeias causais que operam em cada caso, tanto mais facilmente podem ser transformadas em cadeias causais postas, tanto mais seguro é o domínio do sujeito sobre elas, ou seja, a liberdade que ele pode ter (Lukács, 1997:75).

O discurso se inscreve diretamente no âmbito das teleologias secundárias cujo objetivo direto é a relação entre os homens², e no caso das sociedades contemporâneas, cuja complexidade social cria uma segunda natureza; a prática discursiva assume uma relevância fundamental nos caminhos escolhidos pela humanidade. A transformação do curso dos acontecimentos, que possui uma lógica própria independente das consciências individuais, ocorre, contraditoriamente, através de sujeitos que escolhem entre alternativas e que, por isso, precisam ter conhecimento da essência dessa segunda natureza para terem a chance de imprimir suas marcas na objetividade.

² Após o salto ontológico, que separa os seres sociais da dependência única da lógica da natureza e instaura uma nova esfera do ser, que tem como pressuposto a reprodução do novo (gênero humano), podemos perceber que todas as ações humanas são realizadas a partir de um pensar por objetivo. Quando essa teleologia se dirige à natureza, é qualificada de primária; quando o alvo são os outros seres sociais, estamos no âmbito das teleologias secundárias. Para maior desenvolvimento dos conceitos de teleologia primária e teleologia secundária, ver Vaismann (1989).



Da mesma forma que a categoria da liberdade é essencialmente social e não se insere na lógica da natureza, pois está intimamente relacionada com a escolha consciente de alternativas postas. O sujeito escolhe, mas não independentemente do determinismo das relações sociais ou mesmo da lógica da natureza.

No caso particular da linguagem, a escolha está diretamente ligada à necessidade de transformar a realidade, no que se refere principalmente à transformação da consciência de outro homem/mulher ou da sua própria. Na construção discursiva o sujeito é socialmente determinado e está subsumido ao código da linguagem, exercendo, então, a liberdade a partir desses determinantes. Nesse sentido, quanto maior for o seu conhecimento das determinações sociais, assim como do código lingüístico, tanto maior sua possibilidade de escolhas, logo, de construção de um discurso mais pessoal, isto é, com marcas de individuação diferenciadas.

O sentido é socialmente construído pelo homem para o homem, para si e para os seus semelhantes; na natureza é uma categoria que não existe de modo algum, portanto, nem mesmo como sua negação (Lukács, 1997:70)

Sintetizando esse ponto: determinismo e liberdade fazem parte da mesma totalidade e estão presentes em toda práxis social, tanto na do trabalho, que está diretamente ligada à natureza, como na discursiva das sociedades complexas, que utilizam uma cadeia de mediações que as afastam das práticas mais imediatas do trabalho, mas que não as desvinculam dessa determinação primeira.

Ao elaborar um discurso o sujeito tem, como foi salientado, uma intencionalidade que se refere diretamente ao objetivo de sua ação; no entanto, não tem controle sobre a eficácia nem sobre os caminhos possíveis de serem efetivados a partir da coletivização do discurso. É preciso não esquecer que, mesmo com a complexidade

social e o crescente peso das decisões subjetivas nas alternativas postas e escolhidas, a subjetividade deve ser sempre entendida como um fenômeno social.

Todas as valorações que aparecem nestas decisões subjetivas estão ancoradas na objetividade social dos valores, no significado destes para o desenvolvimento objetivo da espécie humana, e tanto a sua relação ou contraposição a valores quanto a intensidade e duração de sua eficácia são, em última análise, resultado deste processo social objetivo(Lukács,1997:86)

Dentro do quadro epistemológico que estamos seguindo, tem-se como pressuposto teórico que os discursos são práxis sociais e que por isso só podem ser explicados através do desvelamento das relações sociais que os determinam e que estão representadas, podendo ser elucidados através de marcas lingüísticas, transformadas em intradiscursos, isto é, na materialidade discursiva.

Segundo ainda Lukács, ao realizar uma leitura da ideologia em Marx, a fala surge a partir de transformações estruturais na composição do ser social.

*Com a fala surge em sentido subjetivo: um órgão em sentido objetivo: um **medium**, um complexo que permite a reprodução, no sentido da conservação, da continuidade do gênero humano na perene mudança de todos os movimentos subjetivos e objetivos da reprodução (Lukács,1990:71)*

Para que isso ocorra, é necessário que as mudanças estejam na consciência que as conservará e as desenvolverá. Tanto a fixação como o caminho que permitirão formas inovadoras de enfrentamento de novos/velhos problemas estão postos simultaneamente e contraditoriamente. O papel a ser tomado pela função conservadora está inscrito na própria causalidade social e a consciên-

cia apenas responderá, transformando ou limitando, dependendo das possibilidades postas pela objetividade.

O discurso potencializa a possibilidade de generidade inserida pelo trabalho. O indivíduo particular imediato transporta-se para além de si mesmo, percebe-se a si e a seus semelhantes como gênero humano. Embora o ato do trabalho seja por princípio genérico, ele pode ser realizado a partir de uma singularidade; com o discurso isso é impossível, pois a singularidade discursiva pressupõe necessariamente o outro, já que é constitutivamente dialógica.³

O discurso carrega uma contraditoriedade dialética insuperável: tende à generalização a partir de expressões da vida cotidiana e busca uma determinação individualizante que cria novas palavras e novos sentidos. Essa é a base da fecundidade do discurso e, concomitantemente, a dificuldade a ser enfrentada pela análise do discurso.

Para poder cumprir essas funções, o discurso tem de se constituir num complexo total e dinâmico, possuidor de certa autonomia e de uma legalidade que lhe é própria. No entanto, mesmo essa legalidade e essa autonomia relativa não podem, em nenhuma hipótese, ser desvinculadas de sua determinação social, na medida em que se percebe o discurso como reflexo e fixação na consciência dessa mesma realidade.

Sintetizando esse ponto, pode-se afirmar que o discurso depende das transformações da vida social e da autolegalidade da língua. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que, por ser generalizado em todos os aspectos das relações sociais, pois ocupa lugar primordial na vida cotidiana, o discurso reage aos mínimos abalos do ser social com atos expressivos imediatos.

O desenvolvimento da fala procede por leis próprias, mas em uma articulação contínua quanto aos seus conteúdos e às suas formas, com a sociedade de cuja consciência ela é o órgão. Com o passar

³ Ver conceito de dialogia em Bakhtin (1990).

dos tempos não se pode verificar, na fala, nenhuma mudança que não corresponda às suas leis internas. Mas impulso, conteúdo e forma destas mudanças procedem do complexo social (Lukács, 1990:84)

Na sociedade de classes, nascida com a modernidade, o discurso dominante (liberal) não pode explicitar o cerne das contradições sociais, embora tenha que procurar dizer a realidade. Esse duplo aspecto faz o discurso dominante se constituir primeiro para silenciar, e só secundariamente para dizer. A partir de mecanismos lingüísticos que produzem efeitos de silenciamento, é realizado o jogo de produzir o dito, deixando implícito o não-dito e silenciando o impossível de ser explicitado⁴, fazendo com que o leitor/ouvinte tenha que, necessariamente, sair do discurso para compreender a dinâmica do próprio discurso, desvendando sua opacidade.

2.1 A Teoria do Discurso

As sociedades de classes que precederam o capitalismo defendiam as diferenças sociais baseadas em um princípio de desigualdade intrínseca entre os seres humanos. Essa desigualdade regia a legalidade dessas sociedades, sendo explicitada em todos os discursos – do cotidiano aos teológicos. A lógica capitalista, ao contrário, necessita de seres livres que entrem em relação a partir de consentimentos mútuos, pois que senhores de suas ações. A individualidade e a igualdade de oportunidade marcam a ideologia da sociedade moderna e as desigualdades são encaradas como intrínsecas às individualidades diferentes, ou como desvios a serem combatidos.

O fundamento ideológico da sociedade que se instaura com a modernidade, como vimos, é a negação dos privilégios sociais, a busca da igualdade e da liberdade para todos. Nesse sentido, pode-

⁴ Ver Orlandi, 1993.



mos afirmar, para o caso da sociedade capitalista, que o silêncio é o fundante do discurso dessa sociedade, na medida em que, diferentemente das anteriores, as diferenças de classes devem ser justificadas.

O silêncio de que falamos aqui não é ausência de sons ou de palavras. Trata-se do silêncio fundador, ou fundante de toda significação (ORLANDI, 1993, p. 70).

Pode-se sintetizar essa contraditoriedade, explicitada acima, afirmando que todo e qualquer discurso criado numa sociedade desse tipo, por menos que diretamente esteja vinculado à estrutura de classes, ocupará um dos lados do conflito: ou terá que continuar silenciando a real estrutura da sociedade, ou explicitará esse silenciamento estrutural. Na verdade, o jogo das ideologias (dominante e dominada) se faz a partir da lógica dialética, que tem como premissa o apagamento ou o desvelamento das diferenças de classe.

A teoria da Análise do Discurso apresenta uma lógica interna que se configura na articulação de seus conceitos primordiais, que fazem a relação dialética entre história e língua, a partir de uma subjetividade socialmente posta.

Para a análise do discurso as determinações sociais são o ponto de partida para a elucidação do discurso. Partimos da noção de pré-construído, isto é, há socialmente lugares ideológicos postos que determinaram as possibilidades de o sujeito⁵ se expressar. Nesse sentido, a AD trabalha com o conceito de Formação Ideológica (FI) que explicita o lugar social, dentro da estrutura da classe, em que o sujeito está.

⁵ Sujeito determinado pelas relações sociais de produção de uma certa sociabilidade e todo o aparato ideológico jurídico-político que reproduz essa relação.

Fala-se de formações ideológicas por caracterizar um elemento susceptível de intervir como uma força confrontada a outras forças no conjunto ideológico característico de uma formação social em um momento dado (Courtine: 1981,34)

Dependendo da FI haverá um conjunto de Formações Discursivas (FD), isto é, de lugares de dizer que funcionarão como incentivadores e/ou repressores do dizer do sujeito.

A partir desses dois conceitos-chaves para a Teoria do Discurso, surge na cadeia conceitual a noção de interdiscurso, que trará para o discurso a noção de dialogia construtiva, isto é, não há possibilidade de um discurso que não seja, ao mesmo tempo, a criação de um sujeito e de vários sujeitos que estão em relação dialética.

A dialogia do discurso pode ser melhor compreendida pela relação objetividade/subjetividade. Todo ato social, e o discurso é sempre um ato social, pressupõe uma forma de resposta à objetividade que, por sua vez, é um compósito de atos sociais.

A novidade do aparecimento do novo ser é sua condição intrínseca e ontológica de ser sujeito, imprimindo de forma consciente/inconsciente⁶ sua marca na objetividade como meio de suprir antigas e novas necessidades. Para que a criação do novo aconteça, é preciso que as mudanças cheguem até a consciência, para conservá-las e promover a reprodução através da generalização social. É nesse processo que a linguagem cumpre a sua função: fixar na consciência as aquisições, conservando-as e superando-as a partir do desenvolvimento de novas perguntas e novas respostas.

Descobrimo o que até então era ignorado, aparecem novos conteúdos, com múltiplas formas que exigem uma *negociação comu-*

⁶ Consciente, aqui, não significa o domínio racional de todo o processo, mas apenas a intencionalidade do sujeito de pensar uma ação. Para desenvolvimento do tema, ver Lukács (1966-67), principalmente o capítulo sobre o trabalho, e Bakhtin (1990).

*nicativa*⁷ entre os sujeitos. Esse novo ser, aparentemente dotado de poder absoluto para transformar o real, se depara com um limite intransponível, pois, colocado fora de si – pertencente ao *locus* da objetividade – , detém o limite da ação da subjetividade.

A subjetividade que percebe carências precisa conhecer a legalidade da objetividade para nela interferir, mas apenas dentro das possibilidades permitidas por essa mesma objetividade e, efetivamente, com o nível de conhecimento que essa subjetividade, que é individual e histórica, possui.

Nos atos singulares de criação ou de recepção, de aprovação ou de recusa, os indivíduos podem ter desde uma participação mínima, até uma interferência decisiva no processo geral, sendo nesse sentido que a linguagem é entendida como *medium* que possibilita, ao mesmo tempo, a fixação e a transformação da língua.

Quanto mais a subjetividade tender para o descobrimento e a revelação do novo, tomando uma posição a favor das novas possibilidades que surgem, tanto mais terá condições de promover o movimento dialético necessário a uma interferência efetiva no real.

Sem a interferência da subjetividade é impossível qualquer escolha entre as alternativas existentes na objetividade, que funcionaria apenas com sua lógica interna ou ao sabor do acaso⁸. Na verdade, é o surgimento da subjetividade que instaura o ser social; e a história do gênero humano é a história da intervenção da subjetividade na objetividade. É nessa relação que se consubstancia a força do sujeito.

⁷ Para Lukács (1990:68-88), esse aspecto está diretamente ligado à necessidade de intercâmbio entre os sujeitos na produção e reprodução social de suas existências, fazendo parte do caráter social do gênero humano, não tendo esse termo aqui uma ligação com as teorias linguísticas sobre linguagem e comunicação, mas se filiando à característica ontológica da lógica de reprodução do novo, própria dos seres sociais.

⁸ A legalidade do mundo inorgânico e do orgânico, que não permite a criação do novo.

O limite da subjetividade é dado pela objetividade que não permite qualquer tipo de intervenção, mas apenas aquelas que con- dizem com sua legalidade. Nesse sentido é que uma subjetividade precisa do conhecimento mais apurado possível, da lógica do objeto a sofrer sua interferência, para que as práticas possuam possibili- dade de eficácia.

As críticas a essa perspectiva teórico/metodológica estão sem- pre enfatizando que o sujeito da teoria marxista, por ser uma teoria materialista, é assujeitado, realizador automático das imposições da objetividade. No entanto, o fato de não absolutizar a capacidade do sujeito de criar o que quiser, a partir única e exclusivamente de sua vontade, não retira da subjetividade a capacidade criadora nem a importância crucial de sua ação para a reprodução do ser social.

Assim é que não há uma individualidade, nem produção indi- vidual, que não seja essencialmente social e histórica.

Como parte do ser social, a subjetividade pode ter diversos graus de conscientização sobre o seu estar no mundo e, em conse- quência, ter maior ou menor possibilidade de compreendê-lo, mas a explicação para sua atividade no mundo não será dada por ne- nhuma condição que não possua explicação na própria sociabilida- de, mesmo que a subjetividade contemporânea ao sujeito que faz determinada leitura do mundo não possa alcançá-la, tendendo a buscar soluções transcendentais, ignorando as inovações.

Entende-se, pois, a afirmação da concepção marxiana de que a vida individual e a genérica não constituem entidades autôno- mas que se relacionam, mas, ao contrário, são parte de um todo impossível de ser dissociado.

Nesse sentido, o discurso é sempre um discurso socialmente constituído, isto é, parte de um determinado lugar lingüístico (FD) e ideológico (FI). Isto se configurará a partir dos interdiscursos que atravessam o discurso e lhe dão sentido.

Assim sendo, o sujeito do discurso é um sujeito determinado socialmente, que possuiu um lugar social e um lugar discursivo,

O limite da subjetividade é dado pela objetividade que não permite qualquer tipo de intervenção, mas apenas aquelas que condzem com sua legalidade. Nesse sentido é que uma subjetividade precisa do conhecimento mais apurado possível, da lógica do objeto a sofrer sua interferência, para que as práticas possuam possibilidade de eficácia.

As críticas a essa perspectiva teórico/metodológica estão sempre enfatizando que o sujeito da teoria marxista, por ser uma teoria materialista, é assujeitado, realizador automático das imposições da objetividade. No entanto, o fato de não absolutizar a capacidade do sujeito de criar o que quiser, a partir única e exclusivamente de sua vontade, não retira da subjetividade a capacidade criadora nem a importância crucial de sua ação para a reprodução do ser social.

Assim é que não há uma individualidade, nem produção individual, que não seja essencialmente social e histórica.

Como parte do ser social, a subjetividade pode ter diversos graus de conscientização sobre o seu estar no mundo e, em consequência, ter maior ou menor possibilidade de compreendê-lo, mas a explicação para sua atividade no mundo não será dada por nenhuma condição que não possua explicação na própria sociabilidade, mesmo que a subjetividade contemporânea ao sujeito que faz determinada leitura do mundo não possa alcançá-la, tendendo a buscar soluções transcendentais, ignorando as inovações.

Entende-se, pois, a afirmação da concepção marxiana de que a vida individual e a genérica não constituem entidades autônomas que se relacionam, mas, ao contrário, são parte de um todo impossível de ser dissociado.

Nesse sentido, o discurso é sempre um discurso socialmente constituído, isto é, parte de um determinado lugar lingüístico (FD) e ideológico (FI). Isto se configurará a partir dos interdiscursos que atravessam o discurso e lhe dão sentido.

Assim sendo, o sujeito do discurso é um sujeito determinado socialmente, que possuiu um lugar social e um lugar discursivo,

dotado de consciente e inconsciente. No nível do consciente, o sujeito do discurso tem um querer dizer⁹ que será transformado em discurso. Segundo Bakhtin (2000), é a partir do intuito discursivo que o sujeito criará estratégia para conseguir realizar um diálogo, tanto com as forças que o condicionam como com um sujeito alocutário; essa dialogia, constitutiva de todo discurso, tornará sempre o discurso um entremeado de vozes que se completam e/ou se distanciam.

O querer dizer do sujeito possibilitará, ao mesmo tempo, a ilusão de que tem o domínio sobre seu dizer, sendo o discurso fruto de sua própria autoria. A essa ilusão Pêcheux (1990) chamou esquecimento um, mecanismo que possibilita ao sujeito se sentir sujeito de seu próprio discurso¹⁰.

Continuando a necessidade de controle do seu dizer, o sujeito estará, ainda, submetido à ilusão de que a forma escolhida para explicitar seu intuito discursivo é transparente a ponto de não criar ambigüidades nem polissemias. A esse mecanismo da relação entre consciente e inconsciente, Pêcheux denomina esquecimento dois.

Essas ilusões apagadas pelo sujeito, isto é, seu condicionamento ideológico e seu inconsciente, fazem com que ele se sinta como único autor de seu dizer.

Sob essa compreensão de discurso é que estamos analisando a fala das mulheres, vítimas de violência doméstica, dos vizinhos das vítimas e dos jornais *Gazeta de Alagoas* e *Jornal do Brasil*. Procuramos montar, a partir dos discursos desses três segmentos, a representação social que permite e reproduz esse tipo de violência. Para alcançar tal objetivo, a partir do *corpus* e da Teoria do Discurso, optamos pela seguinte metodologia.

⁹ Do ponto de vista do consciente, o “querer dizer” será acoplado à lógica do inconsciente, que “instabiliza” sempre o controle do sujeito.

¹⁰ As noções de esquecimento 1 e esquecimento 2 de Pêcheux (1990) subsidiaram nossas afirmações.

3. Da fala das vítimas ao discurso da reprodução da violência

A fala das vítimas está calcada na formação de uma identidade feminina que não se percebe como autônoma em relação aos homens. O impacto da separação e o enfrentamento da vida sozinha constituem uma ameaça que submete muitas mulheres à violência dos companheiros.

A inculcação feita pela socialização das meninas, tanto pela família como pela escola, ainda é de que as funções primordiais para a mulher são o casamento e a maternidade. A grande maioria das mulheres não namora, mas vê no rapaz o futuro marido.

Esse tipo de conduta é reforçado o tempo inteiro pela mídia e por outros aparelhos ideológicos da sociedade, como Escola, Igreja etc., que acabam por produzir um imaginário social que não admite outro lugar essencial para as mulheres. Para reforçar a fala da sociedade ouvimos também alguns vizinhos das vítimas.

Todas as falas das vítimas vão nessa direção:

“Tenho 11 meses de separação e eu ainda tô com medo da relação. Tenho medo da sobrevivência, tenho medo da realidade, a insegurança é muito forte. Medo da pobreza ... Eu não ia à feira, ao supermercado, não ia ao banco. Ainda vejo ele como o poder.”

Após quase um ano de separada do marido, essa mulher ainda não consegue se perceber como independente dele. É importante assinalar que muitas vezes as mulheres agem no cotidiano de forma madura, resolvendo problemas, mas não conseguem criar uma representação simbólica de independência dentro do casamento.

Vizinho:

“A mulher altamente dependente do seu marido. E fica difícil dela sair de um relacionamento, mesmo sofrendo, e não ter para onde ir.”

Mulher Vítima de Violência:

“Você é desvalorizada pela esposa do vizinho porque é separada. Até quando você aluga uma casa sendo sozinha você é discriminada.”

Na verdade, essa fala da mulher está trazendo o interdiscurso da sociedade patriarcal, que é transmitido pela mãe no processo de socialização, ao dizer “*ruim com ele, pior sem ele*”. Sobre essa premissa, cria-se uma representação de que destino de mulher é sofrimento, não havendo saída sem o homem.

Vizinho:

“Seria pior se separasse dele, porque não tem condições, de maneira nenhuma, de sobreviver com os filhos pra dar comida. Mesmo assim, sofrendo, mas quer, mas vive assim mesmo.”

Como as prioridades são os filhos e o marido, as mulheres não se profissionalizam; embora muitas trabalhem, essa atividade é percebida como secundária, tanto do ponto de vista do rendimento como do ponto de vista simbólico.

“Tinha medo da separação, medo da sobrevivência. A gente pensa que a violência vai acabar. Tinha medo de perdê-lo e medo de perder as coisas materiais. A gente perde a auto-estima.”

Mulher vítima de violência:

“Eu não trabalho, vou pedir a quem?”

Essa última fala demonstra bem que a atividade remunerada não é prioridade na vida dessas mulheres, pois o cuidado com os filhos menores, na maioria das vezes, é um impeditivo, por não dividirem com os companheiros essas tarefas que são entendidas como *naturalmente femininas*, isto é, só podem ser “exercidas” pelas mulheres. Homens que cuidam de crianças são, muitas vezes, ridicularizados pelos companheiros e pela própria família.

No caso particular de nossas entrevistadas, observa-se que o casamento não altera a relação delas com a profissão. Apenas em um caso houve alteração, mas associado a este fato houve também uma mudança de localidade, que pode ter influenciado mais do que o próprio casamento.

Com a chegada dos filhos, o quadro se altera completamente. Embora essas mulheres continuem a trabalhar, surge um novo componente em suas vidas: a divisão entre o papel de profissional e o de mãe. A impossibilidade de resolver essa divisão, e o sentimento de frustração em relação à não execução de um bom desempenho profissional ou o sentimento de culpa pela não observância de seu papel de mãe comandam suas ações. Nenhuma das entrevistadas levantou a questão de que esse papel poderia ser desempenhado pelo homem, ou ser complementado por instituições apropriadas, tais como creches, escolas, berçários etc. A única solução encontrada foi delegar os cuidados que a criança requer à avó ou a uma empregada de confiança. Mesmo nestas situações, o sentimento de culpa permanece.

A divisão de tarefas na família é a tradicional, cabendo à mulher a responsabilidade da casa e dos filhos. É interessante observar que, mesmo não executando efetivamente tais tarefas que antes cabiam a todas as mulheres, continuam sendo as responsáveis, sendo *cobradas* quando seu desempenho não é satisfatório e assumindo a culpa por qualquer problema que ocorra, principalmente em relação aos filhos.



Verifica-se que há muito mais retórica de liberdade e de igualdade entre os sexos do que uma efetiva problematização e conscientização dessas questões. Mesmo entre as lideranças feministas¹¹, luta-se pela igualdade e pela liberdade genéricas, mas não se coloca esta questão em nível pessoal. A liberdade e a igualdade, portanto, estão somente no discurso, no nível de cidadão, das leis, e não do indivíduo real.

O homem enquanto membro da sociedade burguesa é considerado como verdadeiro *homem*, distinto do *citoyen* por se tratar do homem em sua existência sensível e individual imediata, ao passo que o homem político é apenas o homem abstrato, artificial, alegórico, moral. (Marx, s/d:p.51)

Na verdade, espera-se que através do repetido discurso da questão obtenha-se sua resolução, chegando algumas antigas militantes do movimento feminista nacional a declarar que o feminismo já se pôs todas as questões. Ilustram muitíssimo bem este fato as declarações de um escritor alemão que possui uma experiência de vida em ambas as Alemanhas, e que propõe claramente questões aparentemente contraditórias mas que realmente querem dizer a mesma coisa, e que, muitas vezes, são adotadas pelos movimentos feministas.

No Leste, espera-se que o teatro político mude a sociedade, mas não é permitido falar sobre nada; no Ocidente, é permitido falar sobre tudo que se queira, mas não é permitido mudar nada absolutamente.¹²

¹¹ Foram realizadas entrevistas informais com mulheres que atuam no movimento feminista do Estado.

¹² MESZÁROS, I. *A necessidade do controle sócia.l* In: **Cadernos Ensaio**, II, 1987, p-37.

Vale a pena ressaltar novamente que, durante as entrevistas, nenhuma das mulheres sequer aventou a hipótese de solucionar seus problemas individuais com o auxílio de soluções coletivas, que na verdade são uma bandeira de luta de todos os movimentos feministas.

Nas relações matrimoniais, há sempre uma mudança quando as mulheres ingressam no movimento feminista, ocorrendo mesmo, por parte de alguns maridos, uma cobrança muito maior para que as mulheres assumam sozinhas todas as tarefas ditas femininas. Alguns, que muitas vezes *ajudavam*, param de fazê-lo alegando que, se elas são capazes de arranjar tempo para o feminismo, têm de realizar sozinhas todas as tarefas. E é importante salientar que algumas mulheres entrevistadas realmente assumem esta maior cobrança de si mesmas, afirmando textualmente: *Não quero ser acusada mais tarde de não ter cumprido o meu papel de mãe e dona-de-casa satisfatoriamente.*

A vivência da maternidade é sempre mencionada como algo que acrescenta apenas mais trabalho e mais responsabilidade. Nenhuma das entrevistadas deixou de expressar a idéia de *peso* que a maternidade acarreta. Quando inquiridas diretamente para que definissem o que era SER MÃE, todas responderam que representava *responsabilidade* e *trabalho*. Apenas uma, no final da exposição, se referiu a algum prazer que a relação com os filhos trazia. No entanto, a pergunta relativa a SER PAI teve sempre a resposta de que é uma relação prazerosa.

Continua sendo aceito o velho estereótipo de que *ser mãe é padecer no paraíso*. Reforçado pelo discurso da naturalização da maternidade, acaba reproduzindo o estereótipo do sofrimento materno, pois tira da relação interpessoal mãe x filho qualquer sentido de afeto e prazer. Ficam apenas os encargos de alimentar, cuidar, tratar, enquanto a sociedade não dispõe meios institucionais para realizá-los. Se não há realmente prazer, para que manter esta relação? O cuidado com a criança passa a ser tarefa de especialistas,

que promovem o *bem-estar* da maneira mais eficiente possível, acabando com os afazeres da mãe, *libertando-a* da prática cotidiana da maternidade e, quem sabe, futuramente libertando-a da própria maternidade, transformando assim homens e mulheres em seres iguais socialmente.

Para as mulheres que pretendem efetivamente contribuir para o debate sobre a realização da emancipação humana, esta discussão precisa ser levada até as últimas conseqüências, mesmo com o risco de se perceber que os limites hoje impostos pela sociedade capitalista brasileira à plena realização das individualidades não permitem aos movimentos emancipacionistas nada mais que uma luta pela inserção dos indivíduos na precária rede de direitos de cidadania que nossa sociedade oferece. De qualquer forma, o debate tem de ser aprofundado.

E a mais importante de todas as crises: a virtual desintegração da família atual – esta célula da sociedade de classes – lança um desafio para o qual não são concebíveis respostas formais e institucionais, seja na forma de *alteração da lei de tolerância* ou numa forma mais cruelmente repressiva. A crise desta instituição assume várias formas, desde os cultos *hippies* à disseminação do uso das drogas; do *Movimento de Libertação Feminina* ao estabelecimento de enclaves utópicos da vida comunitária; e do *conflito de gerações*, largamente difundido, às manifestações mais disciplinadas e militantes deste conflito em ações organizadas. Aqueles que, no passado, desprezaram estas questões, melhor fariam se refletissem de novo sobre elas, pois qualquer que seja seu peso no contexto global, elas são potencialmente, e sem uma única exceção, da maior relevância.¹³

Outro aspecto enfocado pelas mulheres vítimas de violência é a ausência de amparo das famílias para que as vítimas se separem.

¹³ MESZÁROS, I. *Op. cit.*, p-33.



“Foi um casamento contra a vontade da família, eu não tinha para onde ir, trabalhava e ganhava pouco.”

Nesse recorte percebe-se que, ao se casar contra a opinião da família, a mulher passa a ter de purgar sua culpa sofrendo a violência.

No entanto, outras falas também enfatizam a impossibilidade da volta para a casa dos pais, principalmente por ausência de recursos para a criação dos filhos. A filha sai de casa para casar e ao voltar terá de trazer os netos, o que, em muitos casos, é impossível.

“Eu não separava por causa da família, porque não aceitava a separação dos filhos, porque não queria viver sozinha. Eu achava que eu nunca mais ia encontrar um homem que me quisesse.”

“ O maior culpado são os pais. Eles acham que apanhando ou não tem que viver [...] o problema não são os pais? Quando você escrever seu livro, não é um livro que você vai escrever?, escreva que os maiores culpados são os pais.”

Na verdade, além da questão financeira a ser enfrentada para suprir com alimentação e educação os filhos e os netos, está também evidenciado que há, por parte da família, uma não aceitação da dissolução do casamento, a ponto de um pai declarar que *não sabe o que fez a Deus para ter duas filhas separadas*, afirmando que só poderia ser *castigo*.

Uma mulher separada na casa dos pais traz, necessariamente, problemas. Não é mais virgem para ser guardada e, ao mesmo tempo, na visão dos pais, não se deve colocar como alguém à procura de outro. Na verdade, a sociedade ainda espera que uma mulher descasada só venha a exercer sua sexualidade plena quando estiver casada de novo. É dessa forma também que os vizinhos apontam para o problema da mulher descasada, em relação aos maridos

das outras. Ainda se percebe a descasada como alguém pronto a *dar o bote* no primeiro homem que aparecer.

Por outro lado, nos recortes acima percebe-se a preocupação da mulher em *arranjar* outro homem. Antes mesmo de sair de uma relação, a fala demonstra que a única solução viabilizada pela vítima da violência é conseguir um novo relacionamento.

Este fato reforça o imaginário construído para a mulher como sempre dependente do homem. “Não queria viver sozinha, eu achava que nunca mais ia encontrar um homem que me quisesse”.

O sentido de passividade inerente à identidade feminina faz parte do *não-dito*, dessa fala que traz embutida a idéia de que a mulher é sempre a escolhida pelo homem. Ao mesmo tempo corrobora a afirmação de que é melhor viver com um marido que espanque, do que viver sem a companhia masculina.

Outro aspecto que revela a dificuldade de sair da situação de violência é a estreita submissão incutida na menina em relação à figura masculina. O fato de as mães sempre fazerem uso da ameaça de chamar o pai para resolver problemas de educação dos filhos inculca nestes, em geral, a noção de que a autoridade e a violência são próprias do homem, a tal ponto de a mãe se submeter às regras que o marido estabelece e de cobrar sua participação como árbitro e força para a resolução dos problemas domésticos.

“Quando eu era solteira, que eu saía de casa, meu pai batia em mim. Assim, quando eu me casei, ele (o marido) também tinha o direito, quando eu desobedecesse.”

“Fazia porque eu era malcriada. Pra ele a mulher tinha que aceitar o que ele fizesse e apanhar calada.”

“Eu fui criada com a finalidade de servir a alguém – fui criada para casar, ter filhos – , constituir família.”

“Ele dizia que batia em mim porque eu falava, era muito braba, porque eu reclamava.”

Percebe-se que as falas trazem um discurso de correção de alguém que não está se comportando devidamente; na verdade, fica evidenciado o papel de *pai* que o marido deve assumir, com o consentimento da mulher.¹⁴

Na psicanálise freudiana¹⁵, a sexualidade feminina é construída a partir da *ausência de*. A menina formará sua personalidade percebendo a ausência do pênis e buscando a superação dessa deficiência.

No início, a frustração é individual, quando, por comparação, descobre seu ser diferente e inferior. *Numa ocasião ou noutra, a menina descobre sua inferioridade orgânica* (FREUD, 1976, p.266). Mais tarde, essa *inferioridade pessoal* transforma-se na conseqüente tomada de consciência de uma inferioridade do próprio gênero.

Quando vem a compreender a natureza geral dessa característica – disso decorre a feminilidade – e com ela, naturalmente, sua mãe sofre uma grande depreciação a seus olhos (FREUD, 1976, p.268).

Por possuir essas características, a menina permanece na fase pré-edipiana um tempo mais longo que o do menino, e como para Freud o complexo de Édipo significa a incorporação do código social pela espécie humana e implica o limite entre o natural e o social, logo, a conseqüência da *ausência de* na mulher é a sua constituição como ser mais primitivo, ligado às leis da natureza (maternidade) e com dificuldade de incorporação do código social.

¹⁴ É interessante que algumas mães chamam seus filhos bebês de painho: “*Cadê o painho da mamãe?*”, o que reforça essa idéia de homem que manda, orienta.

¹⁵ Cf FREUD. *Feminilidade*. Conferência XXXIII, Rio de Janeiro: Imago, 1976.

A linguagem é, ao mesmo tempo, a possibilidade de introjeção e expressão do código social, que pode resultar, inclusive, na modificação do próprio código. A linguagem pela sua essência é sempre, ao mesmo tempo, cópia e expressão daquilo que o gênero, na sua auto-realização, alcançou. No entanto, nos atos singulares de criação ou de recepção, de aprovação ou de recusa, os indivíduos podem ter uma participação mínima no processo geral, mas podem também determinar o destino da linguagem¹⁶.

A imagem da mulher é a de total incapacidade para gerir sua própria vida, a de que nada sabe fazer além de se preparar para o marido (dando-lhe muitos filhos; a imagem de mulher romântica: mãe e esposa devotada). Embora no cotidiano das mulheres não se verifique esta idealidade proposta (na maioria as mulheres são força de trabalho), esse estereótipo permite que ela receba salários mais baixos sob o pretexto de que não tem aptidão e nem habilidade para a função, e, ao mesmo tempo, dentro dos padrões burgueses, cobra-se dela a sua função primordial de mantenedora da estrutura familiar.

“14 anos de dependência. Ainda vejo ele como poder. Sempre vejo ele como uma pessoa poderosa, que pode tudo.”

“Ele controlava tudo: feira, pagamentos, até pra sair – tudo era ele que determinava; eu não participava de nada [...] para ele a mulher tinha que aceitar o que ele fizesse e apanhar calada.”

A essa questão soma-se a imagem da mulher como possuidora de uma personalidade não violenta, não combativa, que interessa enormemente na sua função como trabalhadora que não reivindica, que não se organiza e que reforça o poder de patriarcalismo da estrutura familiar. Sair destes padrões é adotar comportamentos não compatíveis com a *natureza feminina*.

¹⁶ Cf. Lukács, 1990 (A reprodução).



“Vivi com ele 30 anos. Fiquei com ele por causa dos filhos e porque eu gostava dele também. Eu tinha prazer de ter a minha casa e viver com ele (e não queria voltar para a casa dos pais). As brigas não sai da minha mente. No outro dia, eu não tinha ódio dele; fazia o café, o almoço pra ele, sem ódio; só tinha desgosto.”

A compreensão da família e do espaço doméstico (e nesse, o papel específico da mulher) como lugar em que preferencialmente é produzida e reproduzida a força de trabalho, é a única forma possível de buscar-se a base ontológica da exploração e dominação do sexo feminino em qualquer objetivação do modo de produção capitalista. Enquanto não se modificar a estrutura familiar, que advém com a implantação da sociedade capitalista (familiar, nuclear, composta apenas de pais e filhos, responsável por suas próprias necessidades básicas), não se poderá entender o papel feminino sem entender o processo de reprodução da força de trabalho. A repetição, dando ênfase a esse aspecto, é consciente e necessária, pois a crença nas resoluções dos *problemas femininos*, sem a resolução dos entraves colocados à mulher pela própria estrutura capitalista, é idealismo que, como tal, pode levar aos seus irmãos próximos, que são o desencantamento e a apatia, que atacam mulheres, e mesmo grupos feministas, quando não conseguem êxito nas reivindicações.

Como produção e reprodução da força de trabalho não significam apenas a produção de seres vivos aptos para o trabalho, mas seres históricos aptos para determinado modo de produção, tem-se que, além de ser o núcleo gerador e mantenedor da força de trabalho enquanto seres vivos, a família é também o núcleo primeiro de repassamento da moral e das normas (ideologias) sociais, assumindo aí novamente a mulher papel fundamental na reprodução do ideário que tem como função a continuação do sistema. Enquanto a família torna possível a produção da força de trabalho, a mulher tem como incumbência preparar o contato dessa futura força de trabalho (os

filhos) com a realidade social. É na continuidade da vida familiar que se processa a socialização da força de trabalho, apta em todos os níveis de seu existir (corpóreo, psicológico etc.) para exercer a plenitude de sua realização enquanto criadora de valor na produção capitalista. Essa dupla tarefa faz impossível a compreensão de qualquer modelo numa sociedade capitalista, sem o exame do papel da mulher na estrutura familiar e desta na reprodução do próprio sistema.

Historicamente, só em momento de grandes crises (guerra, por exemplo) ou no momento da implantação do próprio sistema capitalista, esse duplo papel da mulher pode deixar de ser o preponderante forte, fazendo com que a utilização da mulher como força de trabalho propriamente dita ocupe relevância igual ou maior do que enquanto mantenedora da família.

Nos dias atuais, o aparato tecnológico existente, que continua se sofisticando, principalmente em países desenvolvidos, já seria o suficiente para liberar a maioria das mulheres de seus trabalhos domésticos. No entanto, não libertaram a mulher da responsabilidade pela manutenção da estrutura familiar, mesmo que, em alguns casos, não lhe caiba mais realização das tarefas cotidianas, resta a gestão do espaço doméstico.

Discursos sobre a *morte do feminismo*, que hoje são pronunciados por alguns grupos de mulheres única e simplesmente porque a mulher conquistou, sobretudo nos países desenvolvidos, a oportunidade de realização no espaço público em igualdade de condições com os homens, acabam caindo em contradição quando declaram que a mulher *levou o espaço doméstico para o público, ao falarem de seus problemas nos locais de trabalho e ao estarem sempre com o olho no relógio preocupadas com os horários das crianças*¹⁷.

¹⁷ Palestra proferida pela socióloga francesa Helène M., intitulada *A Morte da Mulher*, no auditório do CCSA, outubro de 1987, promoção do Departamento de Comunicação da UFAL.

Ter o espaço doméstico como o seu preferencial faz com que a mulher não participe da vida pública em toda a sua plenitude, sendo essas atividades, mesmo quando exercidas, consideradas secundárias. Esse fato acaba tornando-a sempre menos crítica ao repassar a ideologia dominante, principalmente na família. Quando isso não é mais possível pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas e também pelas próprias reivindicações das mulheres e dos trabalhadores em geral, o que se verifica é que há um deslocamento dessa mão-de-obra para setores que na verdade são tidos como continuação de suas habilidades *naturais*: nutrição, enfermagem, professorado, indústrias têxteis etc. A partir dessa compreensão é possível um entendimento da aceitação *passiva* das próprias mulheres de empregos desvalorizados, ao mesmo tempo que explica a redução, na grande maioria dos casos, de suas reivindicações a questões individuais, isoladas, que embora possam ser consideradas como resistências, na verdade contribuem muito pouco para a mudança do próprio cotidiano e não afetam a lógica capitalista. Podem, ao contrário, contribuir muitas vezes para a reprodução dessa lógica, na medida em que levam à individualização do trabalho, o que permite um controle muito mais eficaz do sistema. Paralelamente, há a ausência quase total de qualquer nível de organização de base feminina.

Conclusão

Começamos nossa conclusão com a constatação do poder da ideologia, que acopla a racionalidade necessária a uma sociedade baseada no mercado, à lógica tradicional patriarcal, tornando possíveis situações como a que desvelamos em nossa pesquisa.

De outra forma seria inadmissível a situação que encontramos: que um ser pensante, lúcido, prevendo o perigo, se arrisque e

continue apanhando do companheiro. Apenas a inculcação de uma ideologia que constrói um discurso machista pode explicar tal fato.

Outra constatação é a reprodução ideológica da maternidade como fator fundante da mulher, pois a maioria dos discursos enfatizam o papel de mãe, até para justificar a permanência ao lado de um marido violento. Para podermos sensibilizar as pessoas não podemos ser apresentadas só enquanto mulheres, pois, como admitir perdão para mulheres que pecam a ponto de serem presas? Mas, se são mães, merecem nossa compreensão, porque têm filhos para criar. Estamos ainda amarradas aos laços do início da modernidade, tão bem refletidos pelos grandes romancistas, que permitiam o erro feminino, mas o puniam normalmente com a morte, ou com a irrealização do amor.¹⁸

Essa naturalidade está baseada na concepção de que não cabe à mulher uma desobediência às ordens e vontades do parceiro; no máximo, admite-se o seu papel de guardiã da família, mas a decisão sobre os atos que vão interferir, inclusive, na manutenção de sua vida, não lhe é concedida.

As falas que expõem a mulher como se fosse um ser incapaz de discernir estão baseadas no mesmo princípio que não permite à mulher decidir sobre seu corpo, nas mais diferentes formas de utilizá-lo.

Da mesma forma que se anula o ser feminino e o reduz à maternidade, por mais avanços que tenham sido conseguidos, a

¹⁸ A TV Globo apresentou um programa (Você decide) sobre o tema do desemprego, e coube aparentemente à mulher a escolha do público para a única vaga disponível. No entanto, novamente não foi a mulher, por suas características profissionais, a escolhida, até porque o outro personagem tinha se mostrado mais competente e mentiu para beneficiar a colega de trabalho. A escolhida pelo público foi a mãe, que não possuía um homem que a amparasse. A outra mulher do episódio era a esposa do trabalhador mais velho; sua participação se restringe a esse papel. Concluindo: ou temos um homem para nos amparar, ou precisamos de certas ajudas para podermos nos conduzir na vida e criarmos nossos filhos.

imagem da mulher está baseada, fundamentalmente, na sua capacidade de gestar e aleitar, e na construção ideológica da maternidade.

O discurso da igualdade entre os sexos em relação às oportunidades sociais e às reivindicações sobre a cidadania feminina já é matéria consensual no movimento feminista; o que não está explicitado são os conteúdos que levam aos estereótipos, principalmente os relacionados à natureza biológica da mulher. As diferenças biológicas não podem ser negadas, nem deixar que se transformem em motivo de discriminação. Nesse sentido, o conceito de gênero é muito mais real do que o de sexo, mas ele não pode prescindir da base biológica que diferencia pessoas de sexos diferentes. Negar alguma coisa real não a faz desaparecer, pelo contrário, contribui para que sua manutenção latente impeça o desenvolvimento pleno das questões. A discussão sobre a problemática de gênero tem de conter a tese da emancipação da humanidade enquanto possibilidade de realização total das potencialidades humanas, e não a negação de suas diferenças. As diferenças biológicas que permitem à mulher a gestação e o aleitamento não são um empecilho ao desenvolvimento de sua singularidade, pelo contrário, o que se deve negar não é a sua capacidade de gestar,¹⁹ mas sim discursos sobre a maternidade, como os apresentados na mídia, que definem o *ser-precisamente-assim* da mulher unicamente através dessa característica biológica do sexo feminino.

Por que o patriarcalismo ainda consegue dominar, no mundo contemporâneo, a esfera ideológica fomentando essas práticas cotidianas? A chave da questão está na ideologização da capacidade de gestar, isto é, no conceito construído socialmente sobre a maternidade. O que é biológico são as capacidades de gestar e aleitar, que foram chamadas de maternidade e inculcadas nos seres sociais

¹⁹ A autora Sulamita Firestone no seu livro *Dialética do sexo* defende a negação da capacidade de gestar como única forma de se vencer o preconceito em relação ao sexo feminino.

como a expressão mais importante da vida da mulher, submetendo todas as outras práticas sociais desse ser à realização desse dom da natureza e, porque não divino, segundo as normas de cada momento histórico.

Só o entendimento desse deslocamento explica a força, mesmo depois das conquistas do movimento feminista, da ideologia patriarcal que associa a anatomia, a fisiologia e os hormônios femininos à inerente capacidade de criar uma criança e, paralelamente, à incapacidade de discernir sobre o que lhe convém, culminando com uma tendência à submissão e à obediência.

Em virtude disso, as obrigações com as tarefas ligadas à manutenção da prole assumem um peso enorme, pois não podem ser executadas pelos homens de forma satisfatória, na medida em que são vistas como atividades femininas, isto é, ligadas à natureza da mulher. Ao sexo masculino cabe, hoje em dia, depois dos avanços tecnológicos e da luta feminista, apenas ajudar, porque, ao participar, estaria também deslocado do lugar que lhe cabe por natureza: o espaço da rua.

Toda essa ideologia, que é sempre uma construção socialmente determinada, se baseia na relação, sem mediação, entre a esfera da vida e a esfera do ser social; como se nós, mulheres, ainda não houvésssemos dado o salto ontológico que nos desligou da esfera do ser, movido única e exclusivamente por componentes biológicos, para a esfera que é predominantemente conduzida pelo pensar por objetivos, e, por isso mesmo, capaz de produzir o novo e de proceder à acumulação de conhecimento que é a marca do fazer histórico da humanidade. Esse construto ideológico se realiza sob o arcabouço do conceito de *instinto materno*.

Se só a mulher possui esse instinto, ele está irremediavelmente ligado ao funcionamento do aparelho reprodutor feminino; os estudos históricos e antropológicos já demonstraram que, assim como o amor entre homens e mulheres foi uma construção social da modernidade, necessária à constituição das famílias nucleares,

também a relação da mãe com seus filhos foi se desenvolvendo ao longo da história, existindo sociedades de pequena escala em que o tratamento entre mãe, pai e filhos não tem nenhuma semelhança com o que conhecemos hoje. Até a Idade Média, a relação familiar estava baseada em laços consangüíneos, que não implicavam afetividade entre seus membros.²⁰

A manutenção da crença de que um instinto domina todo o ser feminino é assimilada pela sociedade patriarcal e transformada em prática de vida universal, sendo inculcada pelas próprias mulheres, e, mesmo aquelas que conseguem ter uma visão crítica sobre essa realidade, acabam por apresentar sentimentos de culpa em relação aos filhos, por não estarem cumprindo a contento o papel que lhes foi destinado, ou adotam a decisão de não ter filhos, para não terem de se defrontar com o impasse de ser pessoa ou mãe, como se realização individual e maternidade fossem inconciliáveis, e acabam se percebendo sempre como um ser inacabado, no qual sempre falta alguma coisa.²¹

Ao adquirir a capacidade de agir de forma consciente e planejada, o ser social começa a construir o caminho que o vem distanciando, paulatina e perenemente, da primazia dos condicionamentos ligados às leis da natureza. Com a sexualidade não poderia ocorrer nada diferente: do ser primitivo que se relacionava sexualmente, apenas comandado pelo instinto, e que tinha a procriação, através da relação sexual, como única forma de manter a espécie, chegamos ao mundo contemporâneo da fecundação *in vitro*, da engenharia genética e, finalmente, da possibilidade de clonagem de seres humanos.

²⁰ Ver MEAD, Margareth. *Sexo e Temperamento*. São Paulo, Perspectiva, 1979 e BADINTER, Elizabeth. *O mito do amor materno*.

²¹ A psicanálise freudiana, que surge com a modernidade, contribuiu enormemente para essa visão de incompletude da mulher, que só poderia ser suprida, segundo essa teoria, através da maternidade. Os estudos de Lacan procuram reverter essa lógica diabólica que só nos permite ser pessoas enquanto mães.

Embutida na concepção de que somos intrinsecamente mães está a noção de uma essência diferente para homens e mulheres, baseada na composição hormonal e, agora, também na diferença da quantidade de neurônios de cada um desses seres. A noção de essência é invariavelmente conservadora, pois tem por princípio a perpetuação de características; subjacente a essa noção de diferença essencial, foi construída a discriminação da mulher, porque essa diferenciação leva, como já foi salientado, a categorias biológicas e psicológicas que estão calcadas na capacidade de gestar e aleitar do sexo feminino.

Evidentemente não podemos esquecer que a humanidade está sujeita a leis naturais: somos mortais, envelhecemos, temos ou não um útero, temos um corpo físico que adocece, no entanto, esse fato tem de ser visto como limite e não como princípio de explicação das ações humanas.

Na verdade, não há essência masculina nem feminina, mas homens e mulheres que se constituem historicamente e que, por isso, adquirem certas formas de lidar com o mundo, reagem de maneiras diferentes por condicionamentos sociais e possuem uma visão de mundo conservadora ou transformadora da sociedade, a partir da história de vida de cada um e do tempo histórico e social a que estão submetidos.

A concepção social do que seja a maternidade tem de ser amplamente discutida pelas mulheres e por suas associações, para que possamos reverter essa ideologia dominante, a nos fazer prisioneiras de uma capacidade que nos deveria fazer apenas diferentes do outro sexo.

Essa naturalização da divisão do trabalho sexual leva a família a reproduzir o padrão masculino/feminino, que funciona como o principal responsável pela formação do comportamento de seus membros. O trabalho feminino como dona-de-casa e como responsável pela maternagem das crianças é percebido como uma extensão do corpo feminino, como se realizado sem nenhum gasto de



energia, sem nenhuma produção de valor, apenas como a expressão de necessidade de uma função biológica, como as abelhas têm de produzir o mel.

Concluindo, queremos enfatizar que a gênese da dominação e a conseqüente discriminação sobre a mulher residem na condição feminina de gestar e aleitar. É para esta questão que devem ser canalizadas as energias dos movimentos feministas, sem prejuízo das outras áreas em que já atuam. O trabalho deve enfatizar a relação da mulher com seu corpo, sem anulá-lo e sem mistificá-lo, pois o corpo tem de ser considerado como a expressão de atribuições biológicas que só se realizam através do cotidiano social.

A maternidade socialmente constituída, isto é, o trabalho de manutenção dos futuros membros adultos é responsabilidade de toda a sociedade; no espaço doméstico, a família tem de suprir o novo ser para que se desenvolva saudável e com a afetividade conquistada pela humanidade, na relação entre seus membros. Sabemos da grande dificuldade de empreender essas discussões, porque a maioria das mulheres reforça o estereótipo da maternidade, submetidas que estão à ideologia dominante.

ABSTRACT: This essay comes from a research that analyses speeches about the oppressed, looking for the sense effects and the silencing that are able to produce and reproduce the imaginary that contributes to the maintenance of the oppression. Its corpus is composed by the speech of the domestic violence victims. We are based on the theoretic dialog between Pêcheux, Bakhtin and Luckács, that conceive a socially constituted speech. The speech subject is socially determined (by the class and by the ideology), who has a social place and discursive places, who has conscious and unconscious. The speech analysis of the victims shows up the ideology power, that puts together the needed rationality to a market based society to the traditional logic, becoming possible the situation that we show on our research. The women speech who are victims of home violence by their

husbands are human beings who are unable to see themselves as subjects of their actions, and because of that they succumb in the face of the aggressions, putting them forward on the same symbolic level of poor people, including on their individuality.

KEY WORDS: Speech; gender; domestic violence; ideology.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M. I. M. de. (1996). *Masculino/feminino: tensão insolúvel*. Rio de Janeiro: Rocco.
- ARANTES, A. A. et. alii. (1993). *Colcha de retalho: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- BADINTER, E. (1991) *Palavras de Homens*. Tradução de Maria Helena F. Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BAKHTIN, M. (1990). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec.
- BAKHTIN, M. (2000). *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes. São Paulo: Martins Fontes.
- BAKHTIN, M. (2001). *O Freudismo*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Perspectiva.
- BARBOSA, R. M. e PARKER, R. (org.). (1999). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. São Paulo: ed.34.
- BONACCHI, G. e GROPPI, A. (org.). (1995). *O dilema da cidadania* Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista.
- BOURDIEU, P. (1998). *La domination masculine*. Paris: Ed. Di Seuil.
- COSTA, A de O. e BRUSCHINI, C. (1992). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- COURTINE, JJ. (1981). *Analyse du discours politique*. Paris: Larouse.
- DADOA. (1993). *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: v. 36, n. 3, IUPERJ.
- DURHAM, E. R. et alii. *Perspectivas antropológicas da mulher*. n. 3 Rio de Janeiro: Zahar.
- ESMERALDO, G. G. S.L. (1998). *O feminismo na sombra: relações de poder na CUT*. Fortaleza: EUFC.
- FREUD. (1976). *Feminilidade*. Conferência XXXIII, Rio de Janeiro: Imago.
- HOLANDA, H. B. de. (1994). *Tendências e impasses; o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.

- IZUMINO, W. P. (1998). *Justiça e violência contra a mulher*. São Paulo: Annablume.
- KOURY, M., LIMA, J. e RIFIOTIS, T. (org.). (1996). *Cultura e subjetividade*. João Pessoa: João Pessoa.
- LEMENHE, M. A. (1995). *Família, tradição e poder.: o(caso) dos coronéis*. São Paulo: Annablume/UFC.
- LUKÁCS, G. (1997). *O Trabalho*. Tradução de Ivo Tonet. Maceió: mimeo.
- MAGALHÃES, B. et al. (1996). *Magistério: reprodução da discriminação feminina*. Curitiba: HD livros.
- MAGALHÃES, B. et alii. (1996). *Magistério: reprodução da discriminação feminina*. Curitiba:HD Livros.
- MAGALHÃES, B. et alii. (1996). *Mulher: gravidez, saúde e Estado*. Curitiba, HD Livros.
- MAGALHÃES, B. (2001). *Vidas Secas: os desejos de sinhá Vitória*. Curitiba:HD Livros.
- MALDIDIER, D. (1990). *L'inquiétude du discours*. Paris: Éditions des Cendres
- MÉSZÁROS, I. (1993). *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ed. Ensaio.
- MIGUEL, S. M. (2000). *A política de cotas por sexo: um estudo das experiências no Legislativo brasileiro*. Brasília: CEFEMEA.
- NEY, A. (1995). *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro; Record/Rosa dos Ventos.
- OLIVEIRA, D. D., GERALDES, E. C. e LIMA, R. B. (1998). *Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil*. Brasília:MNDH.
- OORLANDI, E. (1997). *As formas do silêncio no movimento dos sentidos* 4.ed. São Paulo: Unicamp.
- _____. (1998). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. São Paulo: Vozes.
- PÊCHEUX, M. (1990). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes.
- PEREIRA, C. A. [et al.] (org.). (2000). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro:Rocco.
- PERRUCCI, A. F. (1999). *Ciladas da diferença*. São Paulo: Ed. 34. Porto Alegre: UFRGS/PGAS,1995.
- PRADO, D. (1979). *Ser esposa: a mais antiga profissão*. São Paulo: Brasiliense.
- SAFFIOTI, H. I. B. (1987). *O poder do Macho*. São Paulo: Moderna.
- _____. (1976). *A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade*. Petrópolis: Vozes.
- VAISMAN, E. (1989). *A ideologia e sua determinação ontológica*. Ensaio, S. Paulo, n. 17-18, p. 399-444.